

PORTO & MAR

Implantação de terminal de gás é tema de audiência

Empreendimento será erguido no Largo do Canéu, próximo ao Canal de Piaçaguera



CARLOS NOGUEIRA

Terminal de regaseificação será implantado no canal do estuário, na direção do Píer da Alemoa

DA REDAÇÃO

A instalação do Terminal de Regaseificação de GNL (Gás Natural Liquefeito) de São Paulo (TRSP) no Porto de Santos e a segurança de suas operações foram debatidas ontem, em audiência pública virtual promovida pela Prefeitura de Santos. A sessão tratou do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) do empreendimento, a ser implantado pela Compass Gás e Energia, do Grupo Cosan.

Participantes da audiência questionaram a segurança da unidade, projetada para ser construída entre a Ilha dos Bagres e o Canal de Piaçaguera, no Largo do Canéu (em frente à região da Alemoa, a 900 metros). Mas o gerente executivo da Compass, Edson Moro, destacou que a instalação seguirá normas rígidas para evitar quaisquer danos

Segundo Moro, a operação é segura. Na apresentação inicial, ele destacou a existência de 200 terminais semelhantes no mundo e nenhum registro de ocorrência grave em 60 anos da atividade.

O executivo explicou que o produto importado chegará ao terminal em estado líquido (resfriado a -160°C), em embarcações equipadas com tanques individuais e reforçadas por cascos duplos, afastando o risco de vazamentos. A transferência do produto ocorre pelo método *ship to ship* (de navio para navio) e, segundo ele, caso haja algum sinal de vazamento, o processo é interrompido automaticamente.

O gerente executivo da Compass Gás e Energia, Edson Moro, ressaltou que o Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo (TRSP) já foi autorizado pelo Ministério da Infraestrutura, pela Autoridade Portuária de Santos, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), pela Marinha do Brasil, pela Advocacia-Geral da União, pela Secretaria de Patrimônio da União,

pela Secretaria de Economia e Planejamento e pela Cetesb, que aprovou as licenças ambientais. Por fim, disse que o terminal vai ampliar e diversificar fontes de abastecimento de gás natural, segurança energética, melhores preços, a redução de emissão de gases estufas, o incremento de arrecadação no município, a geração de empregos, entre outros.

APROVAÇÃO

O gerente executivo explica que o terminal de regaseificação (que é uma embarcação) permanecerá atracado a dolphins (estruturas onde são presas as amarras do navio), que serão construídos no Largo do Canéu. Ao ser regaseificado, o GNL segue por gasodutos até o centro de distribuição a ser erguido em Cubatão.

Participantes perguntaram sobre a segurança dessas tubulações e riscos de vazamentos. Moro apontou que as estruturas ficarão “10 metros abaixo do leito do canal” e, desta forma, estarão protegidas mesmo que sejam realizadas dragagens.

LOCALIZAÇÃO E IMPACTO

Após a apresentação da empresa, que durou em torno de 40 minutos, a Prefeitura abriu espaço para a manifestação daqueles que se inscreveram para a audiência – muitos são membros de entidades comunitárias e de defesa ao meio ambiente.

Houve questionamentos sobre a localização do terminal, a ser instalado a dois quilômetros de áreas habitadas, e ainda sobre a proximidade de locais com instalações portuárias que movimentam combustíveis. A empresa destacou que nenhuma comunidade está perto do local.

A coordenadora de Licenciamento, Permissões e

Fundiário da Compass Gás e Energia, Patricia Crevilaro, explica que foram avaliadas seis alternativas de locais e aquela que se mostrou mais segura e com menor impacto ao meio ambiente foi a área no Largo do Canéu.

Como conclusão do EIV, Patricia aponta que o terminal estará “fora da área urbana de Santos e não irá gerar ruídos e poeira”. Além disso, destacou que “as obras (que levarão 18 meses) ocorrerão no Porto de Santos e não vão impactar o trânsito local. (Também) não modificará a vocação do Porto”.

Após a sessão de ontem, a Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança vai analisar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e as contribuições adquiridas durante a audiência. Depois, apresentará um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e Compensatórias (Trimmc), que definirá as ações de ressarcimento a serem feitas pela empresa para que as obras possam ser iniciadas.